



PROCESSO N.º 21351

DATA 24/02/22

FOLHAS N.º 02 Rubrica 10

Processo: 21351/2022

Recorrente: It Cast Tecnologia Ltda. ME

Recorrida: GG Marketing, Promoções e Publicidade Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 121 de 2022 - Processo Licitatório n. 22071/2021

Ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 121 de 2022 - Processo Licitatório n. 22071/2021, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada para serviços de criação, manutenção e hospedagem de website e desenvolvimento e manutenção de aplicativo utilitário para dispositivos móveis, com o objetivo de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

Inicialmente, é importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 18 de agosto de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 04) que foi incorreta a habilitação da recorrida, eis que não atendeu à qualificação técnica (item 21.1), eis que os atestados de capacidade técnica apresentados não atendem a execução do objeto compatível com o licitado, bem como descumpriu o item 12.4 do termo de referência, sob o argumento de que, dentre os currículos apresentados, o único apresentado na área solicitada é de uma pessoa que consta como proprietário da empresa M4 Digital, sem vínculo com a empresa recorrida, requerendo, ao final, a procedência do recurso para que seja desclassificada a proposta e inabilitada a recorrida.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 05, afirmando que todos os documentos foram apresentados devidamente no momento da qualificação técnica de forma a demonstrar que atua na área de manipulação de dados visuais, como é o caso da manutenção de aplicativos em dispositivos móveis, além de apresentar contratos de prestação de serviços firmados com empresas de grande porte que comprovam a experiência em prestar os serviços.

Afirmou, ainda, que na forma do item 12.3 do termo de referência não é necessária a apresentação do profissional responsável pelo cumprimento do contrato no momento do pregão, mas somente no ato da assinatura do contrato, bem como que o responsável legal da empresa é Administrador, devidamente registrado no CRF, podendo ser responsável pelo cumprimento do contrato.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 06, limitou-se a encaminhar os autos à Procuradoria-Geral para pronunciamento de ordem jurídica.

É o relatório.

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

h.





*“§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade”.*

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

*“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:*

*[...]*

*IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.”*

Como se pode ver, cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Turismo, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 22.7 do edital assim dispõe:

*“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao titular da Secretaria (...), que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do Pregoeiro e parecer da Procuradoria Geral Municipal.”.*





Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

*Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.*

*§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.*

*§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.*

*§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.*

*§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.*

*§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.*

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana<sup>1</sup>, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

*"Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro".*

ls.

<sup>1</sup> SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.





Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, a Comissão de Pregão não se manifestou motivadamente acerca do recurso, sendo que, conforme exaustivamente narrado, é de sua competência a análise da habilitação preliminar e o julgamento das propostas das licitantes.

Tampouco suscitou qualquer dúvida jurídica a ser esclarecida por esta Procuradoria-Geral.

Quanto à alegação de descumprimento do subitem 12.4 do termo de referência, s.m.j., não assiste razão à recorrente, eis que, de fato, tal obrigação é exigida apenas no momento da assinatura do contrato, consoante o teor dos subitens 12.3 e 12.4, estando inseridas no item 12 que trata das obrigações da contratada, não se tratando, portanto, de exigência de qualificação técnica para fins de habilitação.

Quanto à alegação de que a recorrida não atendeu à qualificação técnica, sob o argumento de que os atestados de capacidade técnica apresentados não atendem a execução do objeto compatível com o licitado, deve a Comissão de Pregão analisar o mérito, podendo solicitar orientação de ordem técnica do setor competente, caso necessário, uma vez que esta assessoria jurídica não possui competência para avaliar questões técnicas.

Pelo exposto, opina-se pelo retorno dos autos à Comissão de Pregão III para ciência e manifestação sobre o recurso, após o que deverá emitir sua decisão e, caso mantenha a sua decisão pela habilitação da recorrida e prosseguimento do certame, deverá encaminhar os autos à Secretaria de Turismo para ciência e decisão final.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 19 de agosto de 2022.

Layne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
João Paulo Figueiredo  
PROCURADOR GERAL  
PMNF-MATR. 63070